

Congresso põe pedras no caminho de Cardoso

Sem maioria parlamentar sólida, presidente pode continuar tendo surpresas como a rebelião organizada pela bancada ruralista

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso, surpreendido com a aprovação pelo Congresso do fim da TR para os créditos agrícolas, terá ainda muita dor de cabeça pela frente. Sem uma maioria parlamentar sólida, apesar do apoio oficial de cinco partidos — PSDB, PFL, PTB, PMDB, PP e PL —, o governo e seus líderes terão de batalhar muito para evitar novas derrotas. Tramitam 16 projetos polêmicos na Câmara, 4 no Congresso e 2 no Senado. "É como

se estivéssemos percorrendo um corredor polonês", comentou o subchefe da Assessoria Parlamentar da Casa Civil, Eduardo Graeff.

Na semana passada, enquanto os governistas acusavam-se entre si pela vitória dos ruralistas, no Planalto refletia-se sobre a consistência da base de sustentação do governo. Não é para menos. PMDB e PFL orientaram suas bancadas pela derrubada do voto. Na quarta-feira, o Senado, adiando a votação, acabou com as esperanças do presidente de viajar aos Estados Unidos

com a Lei de Patentes debaixo do braço.

Na quinta-feira, ainda curtindo a ressaca da derrota para os ruralistas, o líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), garantia: "Isso não vai acontecer novamente." Desta certeza não compartilha o vice-líder do governo na Câmara, Benito Gama (PFL-BA), que viu mais do que um desencontro de líderes no episódio da TR. "A votação dos vetos ao Orçamento é preocupante, e a do tabelamento dos juros em 12% será uma guerra", previu.

O PMDB, que tem a maior bancada no Congresso e apóia Cardoso, apresentou duas emendas constitucionais que contrariam o governo. Uma delas limita o uso de medidas provisórias. Segundo o ministro da Justiça, Nelson Jobim, sua aprovação resultaria em "o Executivo transferir poderes e competências ao Congresso".

A outra, inspirada em projeto do deputado Luís Roberto Ponte, (PMDB-RS), promove radical reforma do sistema tributário e inquieta os ministros Pedro Malan,

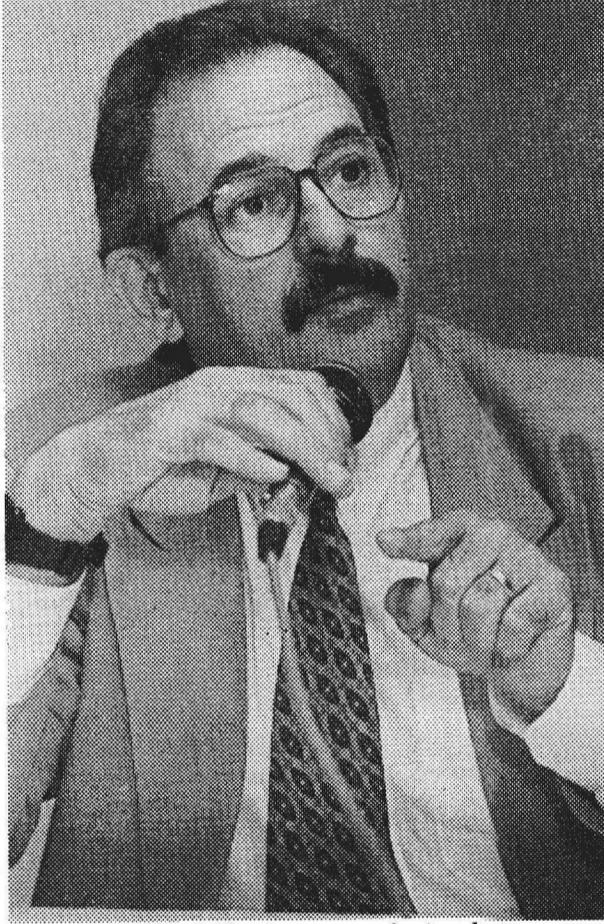
da Fazenda, e José Serra, do Planejamento, que ainda preparam a proposta do governo. "Não tem um jeito de mandar o Ponte para uma secretaria de estado?", perguntou Serra a um governista.

A intenção dos presidentes do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e da Câmara, Luís Eduardo, (PFL-BA), de limpar a pauta do Congresso, também poderá dar problema ao governo. A iniciativa, destinada a melhorar a imagem do Legislativo, segundo avverte o senador José

Fogaça (PMDB-RS), é ruim para o Executivo. "O acúmulo de MPs e de vetos é uma vantagem, impede que propostas polêmicas sejam submetidas à votação antes de sua assimilação pela sociedade", argumentou. Nos últimos 30 dias, foram votadas 32 MPs. Restam 25. Alertado, Rigotto decidiu que tão cedo não fará novas votações coletivas, de olho no veto ao Orçamento. "Este projeto só entrará na pauta depois que cada ministério renegociar as prioridades com os governadores", disse.

Arquivo

Arquivo



Jobim: fim das MPs tira competências do Executivo

Benito: votação dos juros de 12% vai ter guerra

OS PROJETOS DE RISCO PARA O GOVERNO

■ Projeto de decreto legislativo 20/95, do deputado Hugo Biehl (PPR-SC) (1)

Susta atos do Executivo cobrando correção monetária nos financiamentos rurais. A tramitação foi iniciada a 7 de maio de 1992 e atualmente está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara;

■ Projeto de Lei 199/95, do Executivo (1)

Fixa o salário mínimo em R\$ 100 e altera dispositivos de leis anteriores. Apresentado no dia 17 de março de 95, está sendo apreciado pela Comissão do Trabalho, Administração e Serviços Públicos, tendo por relator o deputado Paulo Paim (PT-SP);

■ Projeto de Lei 27/91, do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) (1)

Estabelece a cobrança de juros reais máximos de 12% ao ano. Em tramitação de 1991, foi aprovado na Câmara, mas, alterado no Senado, através do substituti-

vo Mansueto de Lavor (PMDB-PE), voltou à Câmara;

■ Projeto de Lei 4109/93, do Executivo (1)

Proíbe a importação de bens usados (automóveis, motocicletas, pneus etc). Está na Comissão de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente e das Minorias. Teve parecer favorável do relator, deputado Luciano Pizzatto (PFL-PR). Entrará na pauta da sessão do dia 18 de abril;

■ Proposta de Emenda Constitucional 46/95, do deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) (1)

Modifica o sistema tributário. Apresentada a 4 de abril, ainda não foi enviada para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara;

■ Proposta de Emenda Constitucional das Medidas Provisórias, deputado Michel Temer (PMDB-SP) (1)

Modifica as regras de utilização das medidas provisórias pelo Exe-

cutivo. Ainda não começou a tramitar;

■ Projeto de Lei 115/93, do Executivo (2)

Revisa o Código de Propriedade Industrial e trata da proteção das patentes sobre produtos e processos industriais (Lei das Patentes). Está na Comissão de Justiça do Senado e o relator é o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que apresentou substitutivo no dia 12, quando foi feito um pedido coletivo de vistas;

■ Medida Provisória 938/95, do Executivo (3)

Altera a composição do Conselho Federal de Educação, institui a avaliação nacional no fim dos cursos universitários e muda os critérios de eleição dos reitores das Universidades federais. Aguarda inclusão na ordem do dia;

(*) Projetos em andamento na Câmara (1), no Senado (2) e no Congresso (3)

É O MENOR PREÇO MESMO!

ENTREGAMOS EM QUALQUER LUGAR (É GRÁTIS P/ O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO EM ATÉ 40Km)

PREÇOS, SUGESTÕES, NEGOCIAÇÕES, RECLAMAÇÕES E ETC;
VIA FAX A/C. DO GERENTE, OU SOLICITE NOSSO REPRESENTANTE

12	13	14	43	44	45	46	47	48	51
90, ou 2 x 49,	76, ou 2 x 47, cor preta	76, ou 2 x 42,	42	49	50	MESAS			
9	10	11							
1	2	3	4	PROMOÇÃO	5	6	7	8	
41	16	17	15	45, ou 2 x 25,	45, ou 2 x 25,	PROJETOS ESPECIAIS P/ AUDITÓRIOS, TEATROS E CINEMAS			
			18	19	20				
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
60, ou 2 x 34,	54, ou 2 x 31,	39, ou 2 x 21,	36, ou 2 x 19,	14, ou 2 x 8,	18, ou 2 x 11,	38, ou 2 x 20,	25, ou 2 x 17,	29, ou 2 x 16,	42, ou 2 x 23,
33	32	31	30	31	32	BANQUETAS ALTURAS DIVERSAS 13, ou 2 x 7,	33	34	
MESA TIPO FMF	MESA ESCOLAR DIV. MODELOS	31	32	33	34				
P/ PRESIDENTE P/ DIRETOR P/ GERENTE P/ SECRETÁRIA P/ MÁQUINA P/ TELEFONE	PROMOÇÃO 1.10 x 0.50 x 74 2 x 35,	A PARTIR DE 2 x 22,	ARMÁRIO DE AÇO DEPÓSITO DIV. MEDIDAS	36	37	38	39	40	
35	36	37	38	39	40	41	42	43	
ARQUIVO DE AÇO DIV. MED. C/ 4 GAV. 125, ou 2 x 68,	ESTANTE DIV. MED. C/ 6 PRAT. 28, ou 2 x 15,	118, ou 2 x 64,	ROUPEIRO DE AÇO 2,4,6,8 VÃOS C/ 2 v. 84, ou 2 x 45,	4 v. 130, ou 2 x 69,	39	40	41	42	

33	32	31	30	31	32	BANQUETAS ALTURAS DIVERSAS 13, ou 2 x 7,	33	34	
MESA TIPO FMF	MESA ESCOLAR DIV. MODELOS	31	32	33	34				
P/ PRESIDENTE P/ DIRETOR P/ GERENTE P/ SECRETÁRIA P/ MÁQUINA P/ TELEFONE	PROMOÇÃO 1.10 x 0.50 x 74 2 x 35,	A PARTIR DE 2 x 22,	ARMÁRIO DE AÇO DEPÓSITO DIV. MEDIDAS	36	37	38	39	40	
35	36	37	38	39	40	41	42	43	
ARQUIVO DE AÇO DIV. MED. C/ 4 GAV. 125, ou 2 x 68,	ESTANTE DIV. MED. C/ 6 PRAT. 28, ou 2 x 15,	118, ou 2 x 64,	ROUPEIRO DE AÇO 2,4,6,8 VÃOS C/ 2 v. 84, ou 2 x 45,	4 v. 130, ou 2 x 69,	39	40	41	42	

RUA SENADOR POMPEU, 26 - AV. MARECHAL FLORIANO, 16 - CENTRO / RJ
TELEFAX (021) 253-5250 * 233-9278 * 233-7518
ABERTO AOS SABADOS
DE 9 AS 13:30 HS.
AV. MARECHAL FLORIANO, 16
CENTRO

ACOL TEMOS DOCUMENTOS PARA PARTICIPAR EM CONCORRÊNCIA PÚBLICA